
Pera esto se en romance tornar. Um documento notarial e poético de Santa Clara de Santarém¹

José António Souto Cabo
Universidade de Santiago de Compostela

0. Introdução

No fundo documental do mosteiro de Santa Clara de Santarém, custodiado no Arquivo Nacional-Torre do Tombo de Lisboa (ANTT), encontra-se a versão galego-portuguesa de um original latino de 1266. Na metade inferior desse mesmo documento foi incluído um poema de cinco versos relativo ao próprio acto dessa tradução e destinado à pessoa/instituição que fizera tal encomenda. A localização desta breve e singular produção poética ocorreu, por acaso, em Dezembro de 1999, na sequência de um levantamento selectivo de documentos notariais redigidos na nossa língua em finais do século XIII.

O conjunto documental em questão aparece descrito na caderneta nº 444 do ANTT com o número de orde 3984 e a indicação cronológica: “1304 Santarém 1266”. Nesse mesmo instrumento de descrição documental consta resumo do documento e alusão às cópias que o acompanham: “Doação d’ um campo junto ao Mosteiro de Santa Clara (documento em papel) cosido a este estan dois traslados authenticos, um em pergaminho outro em papel”. Na margem inferior esquerda aparece a referência da localização no maço nº 9, correspondendo-se com os documentos 533 a 535.

O poema, não reproduzido nas cópias, é ladeado na esquerda por uma ornamentação rudimentar de feição gótica, inserida num rectângulo de comprimento semelhante à das linhas em que se ordenam os versos.

¹ Este trabalho insere-se nos projectos de investigação: “Primeiros textos românicos”, subsidiado pela Subdirección de Proyectos de Investigación Científica y Técnica, Ministerio de Educación y Cultura (PB97-0520) e “Prosa historiográfica e documental da Galicia Medieval (sécs. XIV-XV)” (PGIDT00PXI20404PR), subsidiado pela Dirección Xeral de Universidades e Investigación da Consellería de Educación e Ordenación Universitaria da Xunta de Galicia.

O texto notarial recolhe, como se declarava na caderneta, a doação, “a rogo do mui noble rei de Portugal”, de um “campo” ao convento de Santa Clara feita pelo cónego Joám Isidores, em representação do mosteiro de S. Jorge de Coimbra. O documento original fora lavrado pelo notário Miguel Fernandes em Santarém, na data já citada. Em nenhum ponto se reflecte o facto de estarmos, na verdade, perante a tradução de um texto originariamente latino. No entanto, tal não se pode duvidar à vista do conteúdo do texto poético –onde precisamente se reflecte sobre a tradução feita e a possibilidade de serem introduzidas correcções–, e da sua configuração linguística.

Ignoramos qual foi a data em que se redige o documento e, claro, também não sabemos quem foi o tradutor/poeta. É, portanto, objectivo deste trabalho tentar uma aproximação a esses dois elementos a partir da análise dos documentos em questão. A conclusão, como veremos, necessariamente hipotética, aponta, por um lado, de modo muito impreciso para a metade do séc. XIV e, por outro, para uma provável naturalidade galega do autor.

1. Edição

Reproduzimos a seguir ambos os documentos em duas versões. A *segunda leitura* –cit. *SL*–, próxima de uma edição paleográfica, mantém inalterados a totalidade dos usos gráficos susceptíveis de reprodução mecânica, limitando-nos, quase exclusivamente, a expandir as abreviaturas pelo itálico e a neutralizar as alografias do *s*². Em qualquer caso, esta “segunda” versão só tem interesse complementar como útil paleográfico. Na *primeira leitura* –cit. *PL*– adaptamos a escrita, no possível, às práticas gráficas actuais, sempre que isso não suponha encobrir ou alterar as características linguísticas da(s) obra(s). Assim, na união/separação de palavras e no uso de maiúsculas/minúsculas segue-se a prática moderna. Adoptamos a distribuição actual para *il/je u/v*, utilizando os primeiros com valor vocálico e os últimos quando consoantes. O *y* é transcrito como *i*, uma vez que nunca possui valor de consoante. Sistematiza-se a distribuição *c/ç* de acordo com o critério actual. Simplificam-se *rr-*, *ss-* e *ff-* em posição inicial. O *R* maiúsculo é reproduzido como *rr*. Desdobramos por *-n* o til com valor de consoante nasal implosiva, dado que é assim que ocorre “por extenso” no texto. O til/trazo que, por provável tradição gráfica, encima as palavras *ano* e *como* não é reproduzido na *PL*. Transcrevemos por *et* a nota tironiana (& na *SL*), já que deste modo é que se regista a conjunção copulativa por extenso. A crase de *a* (prep.) + *a* (art.) é representada como *à*. Não reproduzimos o traço ténue que ocasionalmente encima o *ilj*.

² O *s* de dupla curva é sistemático e exclusivo em posição final absoluta, sendo o *ſ* -alto- utilizado no resto.

Na *SL* utilizamos os sinais <.> para marcar as leituras problemáticas; a mutilação do suporte é representada por {..} e as letras ou palavras entrelinhadas figuram entre \./.. A integração de elementos ausentes, a que só procedemos na *PL*, é representada por [].

Os vocábulos comentados, sempre a partir da *PL*, são reproduzidos em negrito.

Textos

Primeira leitura

1

Enno nome de Jhesu Christo e da sua graça, amen. **Conescida** [cousa seja a qua]ntos esta presente carta viren que eu, Johan Isidorez, **coengo** do moesteiro de San **George** de Coimbra, de mandado e **consintimento** do prior e convento **desse** meesmo moesteiro e a rogo do mui noble rei de Portugal don Afonso, dou e outorgo à abadesa e ao convento das **meoressas** do moesteiro de Santaren hũu canpo que os dictos prior e convento han en Santaren acerca do moesteiro das **menoressas**, assi como se parte esse **medes** canpo contra oriente perla calçada que he contra Monte Iraz e assi como se parte con ho canpo dessas menoressas, dende adeante como se parte perla carreira publica **vella** que he contra a Albergaria de Gaiam, dende adeante como se parte contra o Aguion perla carreira publica que he acerca da viña de don Simon. Dou **einda** e outorgo aas ditas **meoressas** e a todos seus sucessores eno dito moesteiro o dito canpo con entradas e **seidas** et forças e perteenças, que o possan possuir en jur de herdamento pera senpre ja mais. Et doules poderio que assi estas que ora son como as outras **sucessores** enno dito moesteiro possan fazer e ordenar pera senpre todo aquilo que **le** prouguer do dito canpo e logo **en ponto** as **poño** en possesson corporal do sobredito canpo. Et se algũu, assi da parte do dito moesteiro de San **Jurgo** como de qualquer outra parte, presumir de vír ou contradizer a esto que eu faço ou contra esta doaçon for, non seja valedeiro nen convenavel, mais solamente porla primeira demanda que contra esto fezer pague e entregue eno dobro às ditas **meoressas** ou a suas sucessores enno dito moesteiro tanto quanto demandar e demais quanto o dito canpo for **melorado** e outro tanto ao **señor** da terra, et sobre todo esto peite mill maravidis en ouro aas ditas **menoressas** ou a **quen** elas deren sua voz en nome de pena, et a doaçon fique en sua forteleza e valedeira pera senpre, et que esta doaçon haja **firמידũu** e forteleza e que seja valedeira.

Eu o sobredito Johan Isidorez que me chamo procurador, ordenado e **stabelecido** perlo dito prior e convento do dito **moesteiro** de San **George** pera dita doaçon fazer, esta presente carta aas ditas menoressas **fige** fazer per mão de Migueel Fernandez publico tabalion de Santaren e **figea** séelar e fortelezar dos seeleos dos ditos prior e convento.

Feita en Santaren .iiii^o. kalendas Julii, Era de mil e CCC^{os} IIII anos. **Testemoias** que a esto presentes foron: frei Duran Guardian, frei Domingo Martiz Vilhequez e frei Martin Martiz e frei Martin Guarcia da orden dos **menores**, Johan Paez, almoixerife, Meen Perez, scrivan de el rei, Salvador Diaz, tabalion de Santaren. Et eu Miguel Fernandez, tabalion sobredito, rogado das sobreditas partes, a esto todo presente fui e esta carta per mña maõ scrivi e en ela meu sinal **puge** en **testemoio** das cousas sobreditas.

2

A meu entender,
non se pode aqui mais fazer
pera esto se en romanço tornar,
et se i algũa cousa ouver de correger
poder-mo-edes mandar.

Segunda leitura

2

Eño Nome de ihesu christo & da sua graça amẽ. Conesçida {...}ntos esta presente carta l² virẽ que eu Johan ysidorez coẽgo do moesteyro de ssan george de Coinbra demandado & consintil^mmẽto do prior e conuẽto desse meesmo moesteyro. & aRogo do muy noble rey de portugal l⁴ dõ affonso dou & outorgo Aabadessa & aocouento das meoressas do moesteyro de santaren. hũu l⁵ canpo que os ditos prior & conuẽto hã en santarẽ. acerca do moesteyro das menoresas. assy cõmo l⁶ sse parte esse medes cãpo cõtra oriẽte perla calçada que he contra Monte Yraz. & assy cõmo sse l⁷ parte cõ ho cãpo dessas menoresas. dende adeante cõmo sse parte perla carreya publica l⁸ uel<l>a que \he/ cõtra A albergaria de G<aya>m. dende ad<ean>te como sse parte cõtra o Aguiõ l⁹ perla carreya publica que he acerca da uiña de don simõ. Dou einda & outorgo Aas l¹⁰ ditas meoressas & a todos seus ssucessores eno dito moesteyro. o dito cãpo cõ entradas & seidas et l¹¹ forças & perteenças que o possan possuir en iur de herdamẽto pera senpre ia mays. l¹² Et doules poderio. que assy estas que ora sson cõmo as outras ssucessores eño dito moesteyro l¹³ possan fazer & ordenar pera senpre todo aquilo que le prouguer do dito canpo. & logo en põto as l¹⁴ poño en possessõ corporal do sobredito cãpo. Et se algũu assy da parte do dito moesteyro l¹⁵ de ssan Jurgo cõmo de qualquer outra parte presumir de uijr ou cõtradizer aesto que l¹⁶ eu faço ou contra esta doaçoõ ffor, nõ seia ualedeyro nẽ conuenauel. mays solamente por la l¹⁷ primeyra demãda que cõtra esto fezer pague & entregue eno dobro as ditas meoressas ou assuas l¹⁸ sucessores enno dito moesteyro. tãto quanto demãdar & demays quanto o dito cãpo for melorado l¹⁹ & outro tanto ao seõor da terra. Et sobre todo esto peite mill maraudis en ouro l²⁰

aas ditas menoressas. ou a *quen* elas derẽ suauoz. ẽ nome de pena. Et a doaçoõ l²¹ fique en sua forteleza. & ualedeira *pera* senpre Et *que* esta doaçon haia firmidũu. & forteleza l²² e *que* seja ualedeyra. Eu osobredito Johã ysidorez. *que* me chamo procurador ordenado l²³ & stabelecido perlo dito prior & conuento do dito moesteyro de ssan George. *pera* dita doaçoõ l²⁴ fazer esta presente carta aas ditas menoressas fige fazer per mão de migueL fernandez l²⁵ publico tabalio de santaren. & figea séélar & fortelezar. dos seeleos \dos/ ditos prior & conuento l²⁶ ffeita en santaren .iiiiijº. kalendas Julij Era de miL & CCC^{OS} .iiiiijº. Años. Testemoyas *que* l²⁷ aesto presentes forõ. frey durã guardiã. frey domĩgo martiz. uilhequez. & frey martĩ l²⁸ martiz. & frey martĩ guarcia. da ordẽ dos menores. Johã paez almoixerife. l²⁹ meen Perez scriuan de elRei. saluador diaz. tabaliõ de santaren. Et eu MigueL l³⁰ Fernandez tabaliõ sobredito rogado das sobreditas partes aesto todo presente fui. l³¹ & esta carta per m'ja mão scriuj'. & en ela meu sinal puge en testemoyo l³² das cousas sobreditas.

2

A meu entender

nõ se pode aqui mays fazer

pera esto s\e/ en romãço tornar,

& se y algũa cousa ouuer de correger

podermoedes mãdar

2. Estudo

A análise que a seguir efectuamos tem como intuito fundamental chegar dados sobre a cronologia e procedência autorial dos textos. Portanto, os traços privilegiados no estudo serão, em essência, aqueles que nos puderem esclarecer sobre esses pormenores.

2.1. Aspectos paleográficos e gráficos

O primeiro elemento para datar o documento de que nos ocupamos é a letra. O tipo empregado, gótica documental *currentis*, abrange um espaço de tempo muito amplo que nos leva de finais do séc. XIII até à segunda metade séc. XIV. A partir da consulta com diferentes especialistas³ e do confronto com outros manuscritos desse período, podemos apontar algum tipo de “semelhança” com escrituras lavradas na Galiza entre 1280 e 1350.

³ Agradecemos, em particular, as sugestões de Xavier Rei Souto, Susana Tavares Pedro e Mercedes Vázquez Bertomeu.

O aspecto gráfico, sem dúvida, mais salientável tem a ver com os grafemas utilizados para representar a lateral e nasal palatais. Para a primeira observamos três possibilidades *l*, *ll* e *lh*: *lelles*⁴, *melorado*; *vella*; *Vilhequez*. No segundo caso surgem as grafias *n* e *ñ*: *conescida*⁵; *poño*, *señor*, *viña*. Portanto, só no caso do antropónimo é que detectamos rasto dos dígrafos de origem provençal, *lh* e *nh*, adoptados em Portugal a partir de 1265-1275. Na Galiza estes últimos só penetraram parcialmente mantendo-se os usos gráficos prévios e próprios do reino castelhano-leonês. A sistematização e generalização desta nova prática ao conjunto de Portugal é um processo que não conclui até finais do séc. XIII. Duas hipóteses podem explicar a situação do escrito: (i) uma de ordem cronológica: os textos foram elaborados no período em que as novas grafias não tinham carácter sistemático; (ii) outra de carácter autorial: quem escreve não conta no seu sistema de escrita com esses grafemas, podendo ser explicada a presença no antropónimo pelo seu carácter específico. Tendo em conta as observações que se seguem (cf. infra), podemos postular a segunda possibilidade como chave explicativa.

Outro âmbito da escrita que contou com um importante grau de movência em todo o espaço galego-português liga-se com a representação das fricativas áptico-alveolares. A discriminação entre surdas e sonoras só se consolidaria no fim do período medieval (Maia 1986: 467, Souto Cabo 2001: 165-168), mas esteve sujeita a diversas variáveis entre as quais as de índole paleográfica e ainda “pessoal” tiveram uma importante repercussão. Não existe, neste caso, uma oposição qualitativa entre as práticas galegas e as portuguesas, contudo, é possível que no país vizinho a tendência discriminativa fosse relativamente maior do que na Galiza⁶. Nos documentos aqui editados, e tomando em conta unicamente a posição intervocálica, observamos uma distinção sistemática a que só foge *menoresas*, com *-s-* para o fonema presumivelmente surdo. Pelo que foi dito com anterioridade, a situação descrita não permite extrair de forma taxativa qualquer dado temporal ou geográfico⁷.

Referiremo-nos agora à representação da primeira pessoa do adjectivo possessivo feminino. A forma *mãa* do nosso texto é normal na documentação galega medieval, alternando na metade meridional no séc. XIII e primeiros anos do séc. XIV com a

⁴ Não podemos descartar que se trate das formas não palatalizadas ainda vivas em diversos pontos do domínio linguístico galego-português.

⁵ Notemos que Lorenzo (CG, s. v. *conocer*) apontou a possibilidade de *conocer* ter sido forma galega autóctone: “*conocer*, que se considera erroneamente castellanismo”.

⁶ Trata-se de mais um exemplo do polimorfismo dominante nos documentos galegos face à “orientação para uma maior estabilidade e para uma relativa «niveleção» da linguagem dos documentos de Portugal” (Maia 1986: 892).

⁷ Lembremos, contudo, que é a documentação mais antiga é aquela que tende a apresentar uma maior instabilidade gráfica.

variante reduzida *ma* (cf. Souto Cabo 1996: 37-38; Cunha 1986, s. v. *meu*) e, em muito menor medida, com *mha*. Este último resultado, cuja interpretação fónica levanta alguns problemas, tornou-se praticamente sistemático na produção portuguesa a partir de c. 1280, até ser substituída por *minha* em meados do séc. XV. Em contrapartida, o tipo *mia*, relativamente abundante antes dessa data (convivendo com *ma*) subsiste ocasionalmente até aos primeiros anos do séc. XIV, mas a partir desse momento é muito rara na produção escrita⁸. Por todo o anterior, aceitando que o texto é em qualquer caso posterior às datas em que *mha* era já sistemático em Portugal, podemos contemplar a forma do manuscrito como mais um argumento possível de galeguidade.

2.2. Análise linguística

Fonética

As formas *einda* e *seidas* resultam da assimilação da pretónica à tónica. Tais resultados aparecem ao longo de toda a Idade Média como característicos da documentação produzida na Galiza (Lorenzo CG: XXVI-XXXVI, Maia 1986: 338, Ferreira 1995: 90, n. 89)⁹. Não obstante, esse tipo também esteve ocasionalmente presente em documentos notariais e literários portugueses (Maia 1986: 339).

O substantivo *firmidūu* supõe um resultado *-ūu* para a terminação latina *-UDINE*. O mais lógico é supor que se trata de uma evolução secundária a partir de *-ūe*, largamente documentada em textos medievais galegos de qualquer período. Os documentos portugueses apresentam normalmente para aquele étimo *-ōe*¹⁰, também presente nalguns escritos da Galiza¹¹ (Maia 1986: 609, Lorenzo CG: XXXIII, Ferreira 1995: 133). Não conhecemos testemunhos idênticos com a terminação do nosso texto, mas em Ribas de Sil no ano 1394 regista-se *firmedun* (Souto Cabo 2000: 959) que, por seu turno, resultaria da crase das vogais gêmeas em hiato¹². Já

⁸ O anterior baseia-se em dados extraídos de Maia (1986: 675-676), Martins (1994) e de uma pesquisa, de resultados ainda inéditos, que levamos a cabo no ANTT sobre documentos portugueses do séc. XIII.

⁹ Não é possível estabelecer uma cronologia para estas formas, presentes ao longo de todo o período medieval, mas, a julgar pelos exemplos de Maia, a sua frequência parece ter sido maior no primeiro quartel do séc. XV.

¹⁰ Notemos a presença de *firmiduuñ* num documento do A.N.T.T. pertencente ao convento de Chelas (mç 2/31) em Lisboa no ano 1266 (cf. Martins 1994, doc. 111). As características da escrita desse período, com exemplos de *u* para *o* e de *i* para *e*, põem alguns problemas de interpretação.

¹¹ Esta terminação conhece já no séc. XIII a variante *-ō*, cujo testemunho mais antigo é representado por *firmidō* que localizamos num documento de S. João B. da Pendorada em 1275 (maço 21, doc. sem número integrado no conjunto dos dez primeiros pergaminhos) (cf. Maia 1986: 609).

¹² Lembremos que precisamente o noroeste ourensano está na região em que registamos os primeiros testemunhos da evolução, estruturalmente similar a *-ūe>-ūu*, que dará origem aos plurais do tipo *coraçons*, etc. (Souto Cabo 1993: 535, 543).

que *-ũe* está presente até ao fim do período medieval em textos de diversa procedência, é logico considerar este último tipo como variante diatópica do resultado mais geral.

No campo dos fenómenos estritamente fonéticos entra ainda um terceiro caso de assimilação representado por *consintimento*, com adaptação do *e* da sílaba pretónica inicial à pretónica propriamente dita. É igualmente possível pensar noutro tipo análogo de assimilação em *scrivi*, neste caso da pretónica à tónica. Os dados que possuímos apontam para uma maior frequência desta tendência na variedade galega antiga do que na portuguesa (Maia 1986: 365-366; cf. Cunha, *Vocabulário*, s. v. *consintimento*)¹³.

Morfologia

Já no âmbito morfológico, é, em primeiro lugar, relevante a presença exclusiva de participios da CII com VT *-i-*: *conescida* e *stabelecido*. A substituição das antigas formas em *-udo* é processo que só se verifica de modo geral no galego-português na primeira metade do séc. XV, mais de que já temos exemplos, embora esporádicos, desde o séc. XIII (cf. Maia 1986: 749-752; Cunha, *Vocabulário*, s. v. *conhecido*). Neste sentido, parece-nos notável o aparecimento das formas inovadoras na lírica trovadoresca, como aponta M. Ferreiro:

... *-udo*, que se converteu na desinencia xeral do participio na primeira etapa da lingua (no perío medieval), ainda que xa convive coa terminación *-ido* na lírica trovadoresca galego-portuguesa (ao contrario da prosa, onde predomina a forma *-udo*, absolutamente maioritaria nos ss. XIII e XIV) (Ferreiro 1995: 303).

Com efeito, nesse género poético encontramos formas como: *desvencida*, *cabida*, *fodido*, *fodidos*, *sabido*, respectivamente, em composições de Afonso X, Airas Nunes, Men Rodrigues de Briteiros, Per' Eanes Marinho e Paio Gomes Charinho (cf. LP 18.11; 14.15; 100.2; 120.16; 114.2).

Se diversos fenómenos apontam para uma naturalidade galega do autor, o mesmo não acontece, em princípio, com o comparecimento da VR *-e-* que observamos na forma *conescida* citada no parágrafo anterior. De facto, a prática totalidade das documentações medievais desse radical situam-se em Portugal a partir de meados

¹³ De estatuto duvidoso, fónico ou gráfico, a crase da preposição *a* com o artigo feminino, que observamos em duas ocasiões: “outorgo à abadessa e ao convento” e “entregue eno doblo às ditas meoressas”, resulta, segundo refere Maia (1986: 333 e 336), inusual nos textos portugueses por ela analisados, ao passo que conta com uma frequência relativamente alta nos galegos. As duas ocorrências do no nosso texto, face à maioritária manutenção das vogais em hiato, não parece argumento suficiente para considerar tal facto como característica do galego-português mais setentrional.

do séc. XIV (Cunha, *Vocabulário*, s. v. *conhecer*). Contudo, como no caso anterior, é de novo salientável a existência do radical actual ao longo do séc. XIII na obra de diversos poetas, algum deles galego. Este é o caso de *conheçedor* presente em Afonso Sanches e Pero Velho de Taveirós e do infinitivo *conhecer* na obra do último dos citados e em Pero Mafaldo (cf. LP 9.12, 135.3, 131.7).

As duas ocorrências da P1 do Pt. do verbo *fazer* apresentam o resultado *fige*, isto é, com o radical em pré-palatal normal actualmente na Galiza. Apesar de esse tipo não ter sido exclusivo do nosso país, estando também representado na documentação portuguesa, a frequência relativa é maior a norte do Minho¹⁴, o que talvez possa apontar para um estatuto sócio-linguístico diferente¹⁵. Pelo contrário, a palatal em *puge*, P1 do Pt. de *põer*, é normal em toda a nossa área linguística durante o período medieval.

Escassa ou mesmo nula pertinência tem para o nosso objectivo a presença de *prouguer*, futuro de subjuntivo de *prazer*. A alternância entre as raízes *proug-* e *prouv-*, com predomínio da primeira, documenta-se, no mínimo, desde finais do séc. XIII (Maia 1986: 805). A segunda raiz, análogica de *haver*, torna-se maioritária na segunda metade do séc. XV em todo o espaço linguístico (Souto Cabo 1999: 998; Souto Cabo 2001: 190).

Léxico

No referente ao léxico, concebido em sentido amplo, apontamos em primeiro lugar para o termo *coengo*. De novo encontramos outro hipotético indício de galeguidade, já que esta forma é própria dos documentos galegos nos quais convive com o tipo *coonigo/conego* normal na documentação lusitana (Cunha, *Vocabulário*, s. v. *cônego*).

Quanto à alternância entre *meoresas/menoresas*, pode ser posta em relação com a de *meor/menor*. O segundo foi incorporado a partir do séc. XIV, existindo exemplos desde os inícios desse século (Machado 1977, s. v. *menor*; Lorenzo CG, s. v. *meor*; Cunha 1986, s. v. *menos*). Ambos convivem até ao séc. XV.

Os resultados *testemoias* e *testemoio* representam uma evolução semi-erudita com ausência de palatalização e posterior queda do *-n-* intervocálico. Este tratamento convive com outro em que o característico é a palatalização do grupo *-NJ-*. Durante o séc. XIII e primeira metade do séc. XIV a situação é homogênea em toda a área

¹⁴ A totalidade dos exemplos desse tipo registados por Maia (1986: 793) ocorrem em documentos galegos.

¹⁵ É assim que se poderia interpretar a sua presença como marca popularizante em personagens vicentinas (Teyssier 1959: 112-113).

linguística, com claro predomínio do primeiro resultado, nomeadamente na época mais antiga. Este estado de coisas será normal na Galiza ao longo de todo o período¹⁶; pelo contrário, em Portugal o tipo *testemunha* progride notavelmente ao longo do primeiro terço do séc. XIV, acabando por se tornar geral na segunda metade do mesmo¹⁷. Como vemos, neste caso, o possível estatuto de galeguidade depende da situação cronológica da obra que analisamos.

É também de interesse a ocorrência do pronome indefinido *medes* pelo infrequente da sua presença em textos notariais. Apesar de não termos dados ao respeito, é possível que nos encontremos perante um termo mais próprio da linguagem literária atribuível ao “pendor” artístico do tradutor¹⁸. Também resulta inusual a locução adverbial *en ponto*.

Antropónimos

Finalmente conseguimos extrair algum dado do uso de determinados antropónimos, em particular das formas *Domingo* e *Jurgo*. O primeiro aparece de modo muito frequente nas escrituras com origem na Galiza; pelo contrário *Domingos* (não registado no texto aqui editado) resulta quase sistemático nas portuguesas (Diéguez González 2000: 229¹⁹). Algo menos elucidativa resulta a presença de *Jurgo* (1 oc.), aliás a conviver com o maioritário *George* (2 oc.). Neste caso não podemos falar de uma distribuição taxativa, já que a forma em *-o* foi conhecida em textos portugueses, tendo sido registada ainda no séc. XIV²⁰. No entanto, é claro o predomínio das forma em *-e* na documentação do país vizinho, ao passo que na Galiza houve clara preferência por *Jurjo* (cf. Diéguez González 2000: 253, n. 366).

¹⁶ As formas tradicionais são progresivamente substituídas pelos castelhanismos correspondentes especialmente a partir da segunda metade do XV.

¹⁷ O anterior baseia-se em dados extraídos de Lorenzo (*CG*, s. v. *testemoya* e *testemoyo*), Maia (1986: 623-625), Cunha (1986, s. v. *testemunho*), Martins (1994) e de uma pesquisa, de resultados ainda inéditos, que levamos a cabo no ANTT sobre documentos portugueses do séc. XIII.

¹⁸ Contudo, notemos, a título de exemplo, o uso deste termo na documentação da *Chancelaria de Pedro I* (pp. 114, 262, 306, 333).

¹⁹ Diéguez (2000: 229, n. 321) nota a presença de *Domingos* na “diocese de Tui e a norte dela uma parte da actual província de Ponte-Vedra” e postula que: “teria havido uma hierarquização das formas no plano sócio-linguístico, ficando relegada “*Domingos*” ao uso mais popular e impondo-se “*Domingo*” nas situações de comunicação formal”.

²⁰ Um indivíduo com o nome de *Jurgo Giraldez* comparece na *Chancelaria de Pedro I* (p. 459).

2.3. O texto poético

O texto poético aparece correctamente dividido em cinco versos. Eis a leitura que propomos e a sequência métrica que dela resulta:

A meu entender,
non se pode_aqui mais fazer
pera esto se_en romanceo tornar,
e, se i algũa cousa houver de correger, [gũ-a]
poder-mo-edes mandar.
a a b a b
5 8 10 14 7

Este esquema aparece registado numa única ocasião nas *Cantigas de Santa Maria*, na composição nº 250, nesta última com refrão. Nas cantigas profanas esta fórmula rimática é bastante frequente, por vezes com refrão (normalmente nos vv. 3/5, alguma vez só no 5), e outras em cantigas de mestria. Tendo em conta algumas correcções à lista que apresenta G. Tavani (1967: 79-81, tipo 33)²¹, temos vinte e cinco cantigas profanas com a fórmula em questão.

Como dissemos, este micro-poema é acompanhado, à direita, por uma miniatura gótica de largura similar ao das linhas do poema. A presença desse elemento pode ser posta em relação, na qualidade de complemento imprescindível, com as representações pictóricas que normalmente acompanhavam os códices manuscritos elaborados na altura.

3. Motivos e argumentos

A curiosa composição poética que acompanha a escritura notarial constitui, como apontámos, uma reflexão sobre a conformidade de tal obra e é dirigida à instituição/pessoa que a encomendara.

É difícil, por não dizer impossível, desvendar quais foram as causas concretas que motivaram a tradução, na sequência das quais está a própria existência do texto poético. Podemos, não obstante, apontar alguns aspectos interpretativos. Em

²¹ De acordo com as indicações de Montero Santalha, temos de tirar a primeira cantiga (33:1), de Diego Pecelho, que na realidade não possui este esquema, também é preciso reduzir a uma entrada as 33:21 e 33:22 por serem a mesma cantiga com diferenças que não afectam o esquema métrico-rimático. Pelo contrário, devem ser incluídas outras três cantigas a que Tavani atribui outras fórmulas rimáticas: 35:1, 187:1 e 187:2.

primeiro lugar, temos de referir o carácter inusual da tradución. Com efeito, embora o nosso texto não seja un exemplo excepcional, tal práctica conta con una baixa frecuencia. O uso práctico dos documentos redigidos en latín na época em que já fora adoptado de forma plena o romance aparece, a falta de argumentos em contrário, como algo normal durante todo o período. A obra que analizamos pódese de responder a una “decisión” individual, mais do que a una necesidade obxectiva. Aliás, a presenza do propio poema denuncia, probablemente, o carácter extraordinario dessa versión. Embora estreitamente ligado ao anterior, temos de determinar qual foi exactamente o sentido dessa reprodución. A integración do texto poético no propio fólio permite-nos dudar que, tal como se conserva, este fosse pensado para un uso “público”; portanto, parece destinado ao desejo de posuír una constancia do contido para uso interno. Nada impede imaginar que fosse utilizado posteriormente –assim aconteceu de facto– como base para un documento definitivo acompañando ou substituíndo o original latino. A deterioración deste último, sugerida nas dificultades da tradución “non se pode aquí **mais** fazer”, podería tamén estar na orixe desta translación. Em qualquer caso, a conservación das cópias acima resenhadas, para além da aquí comentada, induz obviamente a pensar que a posse do terreno cedido pelos frades de S. Jorge de Coimbra foi obxecto de algum interesse/disputa de jurisdição ao longo do tempo.

Por outro lado, a nível lingüístico, possuem interesse os termos em que se declara a tradución : “em **romance** tornar”. Tal explicación implica a consciéncia de afastamento a respeito do latín que já encontramos noutros textos da época. O “romance” aparece assim como denominación da modalidade falada e da sua plasmación na escrita. Não nos parece necesario estimar, adoptando una perspectiva actual, que por trás dessa etiqueta exista consciéncia de “falares romances”, como supõe Mariño Paz²².

4. Conclusões

No estabelecimento de una cronología, vários são os aspectos que temos de avaliar. Em primeiro lugar, o tipo de letra, essencialmente conservador, podería apontar para a primeira metade do séc. XIV. Esta ligação parece contradizer alguns fenómenos lingüísticos de índole claramente inovadora (*fīrmidūu*, participios em *-ido*, *conescida*) que nos levariam claramente para finais do mesmo século. À vista destes dados, e tendo em conta igualmente o testemunho *in absentia* doutros fenómenos especialmente conservadores ou inovadores, optamos por propor, com

²² “Se cada entendíase que, por riba da súa diversidade, tódolos romances, ou cando menos os romances dun territorio máis ou menos homoxéneo como podería se-la Iberorromania central e occidental, eran aínda reconducibles á unidade baixo a etiqueta xenérica de *romance*” (Mariño Paz 1998: 142-143).

carácter aproximado e provisório, o segundo terzo do séc. XIV como espaço cronológico possível.

Muito mais sólida resulta a possibilidade de o autor ter sido originário da Galiza. Apesar de a prática totalidade dos fenómenos tipicamente “galegos” ter sido conhecidos em maior ou menor grau no país vizinho, o realmente significativo é a conjugação deles, quer no nível gráfico, quer no linguístico. Também não podemos esquecer que, nalguns casos, o estatuto de “galegidade” é dependente da cronologia que atribuímos ao manuscrito. Esta é a situação do referente à representação da lateral e nasal palatais e dos fenómenos que se reflectem nas formas: *fige*, *mã*, *testemoial/testemoio*. Traços amplamente representados nos textos portugueses mais antigos. O mesmo não acontece com outros factos/termos específicos, ou quase, da Galiza em qualquer período: *coengo*, *eindalseidas*, *firmedũ* e *Domingo*. Mais difícil se afigura a interpretação, no sentido apontado, de *à*, *consintimento* ou *Jurgo*. Pelo contrário, a única objecção surge da VR de *conescida*, mas nada impede considerar que fosse termo, aliás “formular”, assimilado pelo autor nas terras meridionais.

Por outro lado, não é possível apontar uma procedência concreta para o tradutor, já que não se registam fenómenos de variação dialectal que sugiram uma área concreta. Só um traço poderia ser interpretado nesse sentido: trata-se da terminação *-ũu*, para o que normalmente é *-ũe*. No entanto, os dados que possuímos são realmente exíguos: limitam-se a um testemunho isolado de *firmedun* localizado no NW ourensano (cf. infra). A confirmar-se, com novos exemplos, essa terminação como própria desse espaço poder-se-ia supor que o autor foi originário dessa zona.

A existência de particularidades idiomáticas específicas para cada um dos dois espaços em que fraccionou a comunidade linguística galego-portuguesa é um fenómeno totalmente normal, já que a variação é inerente à estrutura de qualquer língua. É, portanto, uma falácia a suposição que subjaz ao discurso anti-reintegracionista ao conceber que unidade linguística precisa de uniformidade linguística. Por outro lado, a pertença a duas estruturas políticas, Portugal e Galiza-Castela, possibilitou que essa variação se chegasse a plasmar na escrita e, por outro lado, que a situação em cada uma delas fosse diversa. Em Portugal, a expansão na escrita do padrão, gerado nos centros de poder, fez com que a variação existente dentro desse espaço ficasse progressivamente reduzida aos âmbitos da oralidade. A situação na Galiza é totalmente oposta: a ausência de uma estruturação política autónoma impossibilitou, logicamente, a configuração de um modelo de referência interno. Isto permitiu que qualquer fenómeno fosse susceptível de representação escrita, pois não existe uma “norma” de referência²³. A função niveladora/modeladora veio dada, no nosso caso,

²³ É a partir da segunda metade do séc. XIV que começamos a detectar esses fenómenos de variação na documentação galega, cf. Souto Cabo (1993: 538).

pelo castelhano a vários níveis. Alguns estudiosos parecem esquecer que, muito antes que na Galiza se utilizasse o idioma próprio na escrita, o nosso país já estava indissolúvelmente ligado a Castela; e que foi o exemplo deste reino o que levou ao uso do romance na documentação. Não nos pode, portanto, surpreender que não se gerasse historicamente, como se fez em Portugal, um sistema gráfico com características individualizadas. Isto explica, ao mesmo tempo, a presença de castelhanismos desde muito cedo e a nivelação a favor do modelo castelhano operada em vários pontos da morfologia.

Para concluir, temos necessariamente de salientar o valor que tem a própria existência do nosso texto, com todas as peculiaridades escriptológicas e idiomáticas galegas. A sua própria possibilidade demonstra a manutenção de uma consciência de comunidade linguística nas duas instâncias, autor e destinatário, que o fizeram possível.

Referências bibliográficas

- Cintra, L. F. Lindley (1963): “Observations sur l’orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII^e siècle”, em *Les anciens textes romans non littéraires. Leur rapport à la connaissance de la langue au moyen âge. Colloque international organisé par le Centre de Philologie e de Littératures Romanes (Université de Strasbourg, 1961)*: 188-206 (Paris: Klincksieck).
- Chancelaria de Pedro I* (1984): (Lisboa: INIC).
- Cunha, *Vocabulário* = Cunha, A. Geraldo da: *Índice do vocabulário do português medieval*, vol. I: A (1986); vol. II: B-C (1988); vol. III: D (1994) (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa).
- Cunha, A. Geraldo da (1986): *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira).
- Diéguez González, J. (2000): *O patronímico na onomástica pessoal dos documentos notariais galegos e portugueses da Baixa Idade Média (1250-1500)*. Tese de doutoramento (inérita) (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- Ferreiro, M. (1995): *Gramática histórica galega* (Santiago de Compostela: Edicións Laiovento).
- Lapa, M. Rodrigues (1970): *Cantigas d’escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses* (Vigo: Editorial Galaxia).
- Lorenzo CG = Lorenzo, R.: *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. I, *Introducción, texto anotado e índice onomástico*

- (1975); vol. II, *Glosario* (1977) (Ourense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”).
- LP = *Lírica profana galego-portuguesa* (1996): (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia).
- Machado, J. P. (1977): *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (Lisboa: Horizonte).
- Maia, C. de A. (1986): *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)* (Coimbra: INIC).
- Mariño Paz, R. (1998): *Historia da lingua galega* (Santiago de Compostela: Sotelo Blanco).
- Martins, A. M^a (1994): *Clíticos na História do Português. Apêndice documental: documentos notariais dos séculos XIII a XVI do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Tese de doutoramento (Lisboa: Universidade de Lisboa).
- Souto Cabo, J. A. (1993): “Caracterização dialectal da Galiza na Idade Média”, em Hilty, G. (org.): *Actes du XXe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes (Zürich, 1992)*, vol. II: 531-546 (Tübingen: Max Niemeyer).
- Souto Cabo, J. A. (1996): “Glossário do *Testamento de Estevo Peres*”, *Agália*, 45: 27-44.
- Souto Cabo, J. A. (1999): “Perfis biográficos no *Testamento de Rui Vasques*. Edição do texto, análise e nota lingüística”, em Álvarez, R. / Vilavedra, D. (coords.), *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó Prof. Xesús Alonso Montero*, vol. I: 989-999 (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- Souto Cabo, J. A. (2000): “Sobre (falsos) testemunhos galegos de *dezir e recibir*: Dous documentos de Ribas de Sil”, em Rodríguez, J. L. (ed.): *Estudos dedicados ao Prof. Ricardo Carvalho Calero*, vol. I: 937-962 (Santiago de Compostela: Parlamento de Galicia / Universidade de Santiago de Compostela).
- Souto Cabo, J. A. (2001): *Rui Vasques. Crónica de Santa Maria de Íria. Edizón e estudo*, Santiago de Compostela / Cabido da S.A.M.I. Catedral-Edicións do Castro).
- Tavani, G. (1967): *Repertorio Metrico della lirica galego-portoghese* (Roma: Edizioni dell’Ateneo).
- Teyssier, P. (1959): *La langue de Gil Vicente* (Paris: Librairie Klincksieck).

